

RESUMOS JURISPRUDENCIAIS: ESPÉCIES E ELABORAÇÃO À LUZ DA DOCTRINA DO PRECEDENTE

Por Kalyani Muniz Coutinho Pimentel⁹⁸

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar como resumos jurisprudenciais disponibilizados em bases de pesquisa de jurisprudência podem possibilitar aos operadores do Direito a identificação das teses jurídicas contidas em acórdãos, de forma a auxiliar a compreensão do entendimento jurisprudencial firmado por certo órgão jurisdicional em seus precedentes paradigmáticos. Para tanto, propõe uma metodologia de análise dessa identificação a ser realizada sempre de maneira conjugada com a função desempenhada pelo precedente judicial. A proposta é operacionalizada pela tarefa de decomposição do precedente e sua vinculação ao processo analítico de escrita dos resumos jurisprudenciais.

Palavras-chave: pesquisa de jurisprudência, precedente judicial, resumo jurisprudencial, razões de decidir, casos iguais.

98 Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e pós-graduada em Direito Público. Atualmente é servidora atuante na Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, onde tem experiência em pesquisa e análise de jurisprudência, treinamento de servidores e gestão de projetos estratégicos.



ABSTRACT

This study aims to examine how case law summaries available at research bases of jurisprudence can enable law operators to identify the right legal arguments contained in judge's opinions, in order to assist the comprehension of the jurisprudential understanding established by a particular jurisdiction in its paradigmatic precedents. Therefore, it proposes a methodology for analyzing this identification to be always performed together with the role played by judicial precedent. The proposal is operationalized by the task of decomposing the precedent and connecting it to the analytical process of writing summaries of case law.

Keywords: case law research, judicial precedent, case law summary, holding, similar cases.

APRESENTAÇÃO

.....

A jurisprudência, introduzida no estudo do Direito sob diversas concepções, foi conceituada por REALE como sendo “a forma de revelação do Direito que se processa através do exercício da jurisdição em virtude de uma sucessão harmônica de decisões dos tribunais”.⁹⁹

Atualmente, a jurisprudência tem tomado corpo tanto no âmbito de sua positivação no ordenamento jurídico brasileiro quanto na prática jurídica, seja nos tribunais, seja na defesa dos direitos dos jurisdicionados pelos seus patronos. O pronunciamento reiterado dos tribunais sobre determinados temas jurídicos no momento da análise do caso concreto tem o condão de refletir a interpretação e entendimento das Cortes, criando uma regra geral e abstrata aplicável a outros casos semelhantes.

No Brasil, a admissão da jurisprudência como fonte do Direito sempre foi questionada e posicionada de forma secundária frente à legislação, que seria a fonte primária do Direito por excelência. Isso pode ser explicado pela concepção clássica do sistema do *Civil Law*, de onde a tradição brasileira herdou suas raízes.

Entretanto, recentes inovações legislativas trouxeram modificações à maneira tradicional de se pensar a jurisprudência como fonte do Direito¹⁰⁰, aproximando-a de alguns institutos do *Common Law*, dentre os quais se destacam o *stare decisis*, a *holding* e o *distinguishing*.

Nos sistemas anglo-saxônicos, a jurisprudência e a força do precedente jurisprudencial ganham relevo não apenas no aspecto estritamente judicial quanto à sua natureza como fonte do Direito, mas também produzem uma supervalorização da prática da pesquisa jurídica, já que se torna fundamental a sistematização e



⁹⁹ Reale (1976, p. 167).

¹⁰⁰ Citem-se como exemplos o incidente de exame por amostragem da repercussão geral no recurso extraordinário (art. 543-B do CPC) e a sistemática de julgamento dos recursos especiais repetitivos (art. 543-C do CPC).



divulgação das teses jurídicas firmadas pelos tribunais em suas decisões e votos a fim de que o precedente ganhe evidência e possa ser referido.

Nesse contexto de evolução jurisprudencial, tal fenômeno também tem ocorrido no Brasil, impulsionado pela publicação da Lei Federal n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que estabelece procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam a pedidos de informações dos cidadãos. Tem-se notado um esforço dos tribunais de, adequando-se à orientação legal, aperfeiçoarem sistemas padronizados e eficazes que disponibilizem a jurisprudência produzida, trazendo a lume o entendimento sobre as questões de direito firmadas no julgamento dos casos concretos.

Nesse viés, a par de considerar a jurisprudência como fonte do Direito, ela deve ainda ser vista como informação jurídica, já que a jurisprudência divulgada serve como vetor da transparência, da democratização e da fiscalização social. Ela constitui, além de uma importantíssima fonte de normas jurídicas gerais, uma fonte subsidiária de informação à medida que atualiza o entendimento da lei, conferindo-lhe uma interpretação atual que atenda aos reclamos das necessidades do momento do julgamento e de preenchimento de lacunas.¹⁰¹

Com o inacreditável volume de jurisprudência produzido pelos tribunais, surgiu o desafio de organizar tais informações, de forma a garantir o acesso do pesquisador jurídico ao entendimento das Cortes sobre determinada matéria e a identificação do raciocínio lógico-jurídico do julgado que será extraído do precedente.

Entretanto, não se pode falar em transmissão da informação jurisprudencial sem considerar o grau de adequação da metodologia utilizada pelos Tribunais para divulgar seus julgados, especialmente no que se refere à linguagem utilizada para divulgação das teses jurídicas pela *Internet*, um dos veículos mais eficazes de comunicação junto à sociedade nos dias atuais.

Em um mundo onde há uma oferta excessiva de informações a serem lidas e pouco tempo para realizar essa tarefa, surge a necessidade de se disponibilizar ao pesquisador jurídico, especialmente àquele que busca pela jurisprudência, recursos que o possibilitem a apreender, de forma rápida e eficaz, as teses contidas nos julgados, sem que necessariamente tenha de recorrer à leitura dos inteiros teores de uma gama de acórdãos para obter tais informações.

Nesse viés, surge como tema explorado neste artigo o papel desempenhado

101 Cf. Venosa (1984, p. 35-36).

pelas bases de pesquisa de jurisprudência ao permitirem o acesso, a identificação e a recuperação das teses jurídicas contidas naqueles documentos e que sejam relevantes às necessidades informativas do pesquisador jurídico.

Essa disponibilização de informações não pode ser feita, entretanto, de modo desregrado, sob pena de comprometer o próprio acesso a elas ou ainda culminar na transmissão deficitária ou equivocada daquelas teses. É preciso uma organização, um tratamento que permita a recuperação adequada da tese jurídica sob um viés jurisprudencial, mediante a utilização de critérios de análise desse corpo de julgados.

Esse esforço pode ser verificado nas diversas tentativas de se buscar fornecer, por meio de uma síntese analítica, informações sobre as questões centrais de direito que emergem de uma determinada decisão jurídica, tais como as ementas jurisprudenciais e os resumos informativos dos acórdãos disponibilizados em bases de pesquisa de jurisprudência.

Nesse momento, ao se constatar a importância da jurisprudência como informação jurídica e a necessidade de se disponibilizar de forma adequada as teses consagradas pelos tribunais em reiteradas decisões, resultantes da aplicação de normas a casos semelhantes¹⁰², chega-se à seguinte questão: é possível estabelecer uma metodologia de análise baseada em um determinado raciocínio jurídico que permita a extração de teses jurisprudenciais contidas nos acórdãos e sua condensação em documentos (que serão denominados neste artigo de resumos jurisprudenciais) que possam representar, de forma paradigmática, o entendimento do órgão jurisdicional sobre determinado tema?

A partir da premissa de que tal hipótese de pesquisa seja possível, o presente artigo busca verificar a viabilidade desses critérios interpretativos, a fim de que se possa validá-los e, assim, firmar métodos que mantenham a fidelidade dessas informações.

102 Diniz (2003, p. 292).

A JURISPRUDÊNCIA COMO INFORMAÇÃO JURÍDICA SISTEMATIZADA

.....



Ao explorar a concepção da jurisprudência na vertente em que se alinha ao seu aspecto informacional, o termo latino “*iurisprudentia*” designaria o conhecimento técnico da estrutura interna das instituições jurídicas, e, ao mesmo tempo, uma metodologia que permite trabalhar sobre elas e a partir delas, tratando-se de realidades sinônimas. Para tal concepção, o direito não é encarado com objeto do conhecimento, mas, primordialmente, como instrumento operativo¹⁰³.

Ao destacar-se a jurisprudência como uma fonte subsidiária de informação e agregar-se ao seu conceito a aceção de ser ela uma coletânea sistematizada de acórdãos consonantes e reiterados de um determinado

Tribunal sobre certa tese jurídica, percebe-se que os operadores do Direito sempre empreenderam um esforço em buscar métodos para a organização dessas informações de maneira sistemática.

Com efeito, a necessidade de organização dessas informações jurídicas com o propósito de possibilitar sua recuperação eficiente sempre foi uma preocupação, especialmente, para fins de pesquisa jurídica das teses jurisprudenciais. Nesse contexto, ressalta-se a própria jurisprudência como metodologia e o surgimento dos primeiros analistas de jurisprudência, na figura dos jurisconsultos, cujo trabalho compreendia a coleta de considerações do caso em particular, partindo da especificidade do caso concreto até chegar a um fundamento normativo¹⁰⁴.

Remontando-se aos livros do *Corpus Juris Civilis* romano, destaca-se o Digesto, o qual se trata de uma compilação de fragmentos de jurisconsultos clássicos, traduzindo-se na obra mais completa do Código de Justiniano. Posteriormente,

103 Abboud (2012, p.494).

104 Massau (2006).

os juristas passaram a se utilizar de interpolações em seu corpo, fazendo muitas modificações nos textos originais¹⁰⁵.

Os interpoladores, traduzidos nos jurisconsultos da Escola dos Glosadores, Comentadores e Humanistas Franceses, podem ser considerados os primeiros analistas de jurisprudência de sua época, pois, a partir de uma obra metódica anterior (o Digesto), passaram a empreender um esforço na organização das teses jurídicas de forma sistematizada e voltada a proporcionar uma melhor localização dos temas que eram decididos pelos magistrados de seu tempo, permitindo, assim, o acesso do pesquisador jurídico a esse conjunto de julgados, a fim de viabilizar sua aplicação aos casos concretos análogos.

Ressalta-se o trabalho dos glosadores que, passando a produzir significativos esquemas interpretativos, desenvolveram a *summae*¹⁰⁶, a qual muito se aproxima do que será denominado no presente artigo de “resumo jurisprudencial”. A *summae*, como o significado da palavra demonstra, baseava-se em exposições voltadas a resumirem o conteúdo de um título ou livro do *Corpus Iuris Civilis*.

A PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA NA ERA DA COMUNICAÇÃO VIRTUAL

.....

Ao verificar, ao longo da história, as tentativas de sistematização da jurisprudência pelos jurisconsultos, percebe-se que a necessidade de organizar, sistematizar e facilitar o acesso às informações jurisprudenciais emanadas dos órgãos jurisdicionais na apreciação dos casos concretos esteve sempre presente enquanto o Direito como ciência era aperfeiçoado.

Nesse viés, tem crescido vertiginosamente a importância da pesquisa jurídica. O termo é adotado para definir o processo de identificação e recuperação de informações necessárias a apoiar a tomada de decisão jurídica¹⁰⁷, sendo ora utilizado para destacar as técnicas de localização e extração de teses jurisprudenciais contidas em decisões e acórdãos judiciais, a fim de serem aplicados pelos operadores do Direito em sua prática jurídica diária. Será considerado, neste artigo, como sinônimo de pesquisa de jurisprudência.

105 Machado (2006, p.3).

106 Massau. Op. cit.

107 Tradução livre de Mersky e Dunn (2002, p. xxi)..



Nessa nova realidade, a *internet* desempenha a função de suporte para hospedar sítios eletrônicos, alguns gratuitos ao público e outros pagos, os quais têm expandido os horizontes da pesquisa jurisprudencial. Os órgãos judiciários e os escritórios de advocacia têm buscado acompanhar, dentro da revolução da informação, esses novos formatos, novos mecanismos de pesquisa e novas ideias que emergem constantemente.

Outro aspecto destacado nessa nova realidade de excessiva oferta de documentos digitais é a questão do custo do tempo e do conhecimento do pesquisador jurídico. Hoje surge uma nova ideia atrelada à era da comunicação, que é a de pensar a pesquisa de jurisprudência em termos econômicos. Nesse aspecto, é necessário que o resultado da pesquisa seja efetivo e proveitoso em comparação ao tempo despendido com sua prática. Advogados do setor privado e do setor público, assim como os serventuários da Justiça e assessores que auxiliam na prestação da atividade jurisdicional do magistrado são forçados a calcular o seu tempo em minutos, pois a pressão para cumprir tarefas rapidamente e bater estatísticas cresce cada vez mais¹⁰⁸.

Dessa forma, a recompensa de uma pesquisa de jurisprudência bem-sucedida será dada em termos de eficiência. Tal problemática reforça a necessidade de, por um lado, como pesquisador, saber localizar e bem compreender a tese jurisprudencial em apreço e, por outro, como analista de jurisprudência (descrevendo no termo o profissional jurídico que se dedica à análise e sistematização das teses jurisprudenciais contidas nos precedentes judiciais) estar apto a fornecer a esse pesquisador pontes de acesso às informações que emergem dos acórdãos exarados pelos tribunais.

108 Berring (2005, p.6).

A APROXIMAÇÃO DA FUNÇÃO DO PRECEDENTE NO SISTEMA DO CIVIL LAW E NO SISTEMA DO COMMON LAW

.....

O estudo da jurisprudência como informação necessariamente irá passar pelo estudo do precedente. Nessa esteira, deve-se pensar a organização das informações jurisprudenciais e a identificação das teses jurídicas sob um aspecto eminentemente jurídico e vinculado ao um precedente jurisprudencial, que darão substrato à elaboração de resumos jurisprudenciais adequados e fiéis à retratação dessas teses em bases de pesquisa de jurisprudência disponibilizadas à comunidade jurídica.

Apesar da doutrina do *stare decisis* não ser aplicável como regra no Brasil, hoje não há como negar que no momento da fundamentação do caso, a citação de precedentes judiciais dos tribunais que já enfrentaram a mesma questão jurídica torna-se uma prática praticamente obrigatória. Da mesma forma, não se concebe que o advogado interponha um recurso judicial sem que, em sua peça, não apresente ao menos um precedente que tenha julgado caso similar ao que defende.

IVES GANDRA MARTINS destaca a aproximação progressiva entre os sistemas jurídicos de *Civil Law* e de *Common Law* ao constatar que

Se, na ótica dos juristas latinos, o sistema dos precedentes da *Common Law* constituiria a fonte principal do Direito, dado o poder criador do juiz (*judge made Law*), já na visão dos próprios magistrados ingleses isso não ocorre, em face do que denominaram a '*declaratory theory of the common law*': os precedentes são considerados como uma explicitação do conteúdo do direito em vigor e não como o direito em si. Daí a aplicabilidade plena da regra do *Stare Decisis* também ao sistema romano-germânico de direito codificado, já que os objetivos da regra são os de preservar os princípios constitucionais básicos de igualdade e de segurança (tratar de forma igual os casos iguais e prever como serão julgados casos futuros semelhantes)¹⁰⁹.

Não se pretende, por oportuno, desqualificar a primazia da lei, que certamente no ordenamento jurídico brasileiro permanece como fonte principal do direito, já que o devido processo legal é mandamento constitucional que permeia todo o sistema. Entretanto, constata-se não ser mais possível aos magistrados e aplicadores do Direito passarem ao largo do estudo do precedente judicial, o qual influencia sobremaneira a atividade legislativa e representa o Direito aplicado ao caso concreto, fonte do Direito e matéria-prima do estudo sistematizado da tese jurídica publicada em bases de jurisprudência.

109 Martins Filho apud Mancuso (2010, p. 203).



A REPRESENTAÇÃO DE TESES JURÍDICAS EM RESUMOS JURISPRUDENCIAIS

.....

Análise sistematizada da informação jurídica

Sem o alvitre de realizar uma rasa e inexperiente importação da cultura jurídica alienígena à realidade brasileira, se constatou mais uma vez que os países que possuem o sistema de *Common Law* parecem estar mais afetos ao tema da pesquisa jurídica sob uma visão jurisprudencial ao apresentarem uma preocupação com a disponibilização e recuperação da jurisprudência como informação jurídica.

Isso não se torna surpreendente ao passo em que nesses sistemas a doutrina do precedente tem um papel vital para a consolidação e a evolução do Direito. Diferentemente da literatura brasileira sobre o tema, são as grandes faculdades de Direito que se preocupam em desenvolver a pesquisa jurídica (entenda-se esta prioritariamente como pesquisa de jurisprudência), inclusive ofertada como disciplina autônoma nas grades curriculares dos cursos de Direito, a qual normalmente é lecionada no primeiro ano aos estudantes neófitos.

Uma segunda razão detectada para essa sistematização mais robusta da pesquisa jurisprudencial e dos critérios de organização da jurisprudência como informação jurídica se dá pelo fato de serem as grandes editoras comerciais norte-americanas os poderosos carros-chefe da pesquisa jurídica. São elas que desenvolvem os sistemas de busca, disponibilizando suas páginas de pesquisa com mecanismos inteligentes que permitem formas variadas de pesquisa e de organização das teses jurídicas que emergem dos precedentes judiciais. Nesses países, a lógica é pagar pelo trabalho de organização metodológica da informação jurídica.

Diferentemente da cultura que vigora nos tribunais de justiça nacionais, naqueles países parece não haver uma reticência em se sugerir aos magistrados que busquem metodologias mais técnicas no momento de se resumir as teses jurídicas que emergem dos julgados, ou mesmo em se oferecer os serviços de elaboração desses resumos como uma prestação de serviço realizada por profissionais que tenham experiência nas áreas jurídica, documentária ou editorial.

Percebe-se que esta tendência mais conservadora apresentada no momento de se realizar o tratamento documentário das teses jurídicas na cultura jurídica nacional se dá em razão dos seguintes fatores:

O fato de que grande parte das ementas jurisprudenciais é feita por profissionais jurídicos que trabalham dentro dos gabinetes dos magistrados, e que normalmente também já redigem as minutas dos acórdãos (relatórios e votos) a serem elevadas à consideração dos juízes com quem trabalham, o que faz parecer que uma ementa (que se trata de um resumo informativo especializado, espécie de resumo jurisprudencial), também faça parte do acórdão, o qual é efetivamente o ato típico do Juiz que decide a lide¹¹⁰;

O fato de que, a partir do momento em que tais documentos são feitos por bacharéis em direito que trabalham nos gabinetes dos magistrados, os textos das ementas acabam sendo realizados sem a preocupação de que seja necessário se buscar metodologias ligadas à gestão da informação para a melhor transmissão daquelas teses como informação jurisprudencial, e não somente como instrumento de resolução das lides para as partes interessadas no caso concreto;

O fato de que tradicionalmente profissionais da área do Direito nunca tiveram contato em sua formação acadêmica com fundamentos da pesquisa jurídica¹¹¹ nem com técnicas de análise para organização e recuperação da jurisprudência que emerge dos acórdãos e decisões judiciais, considerando-se estes textos como documentos-fonte de pesquisa.

Considerando-se que o cenário ora apresentado não mais se adéqua à atual necessidade do ordenamento jurídico nacional diante de todas as evoluções institucionais já apresentadas, propõe-se avançar no estudo dos precedentes a fim de se desenvolver técnicas analíticas e sistematizadas de análise e disponibilização das teses jurídicas neles contidas sob um viés jurisprudencial¹¹² e em forma de resumos.

110 Não se ignora existir corrente contrária que entende que a ementa é parte integrante do acórdão. Nesse sentido, confira-se o AgRg no Ag nº 208.906/PE, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, 1ª Turma do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, julgado em 04/03/1999, DJ 10/05/1999. No sentido de que a ementa não é parte integrante do acórdão, cite-se Guimarães (2004, p. 62).

111 Trata-se como pesquisa jurídica aquela concepção que se traduz em um aspecto prático para capacitar a busca dos precedentes, a extração de suas teses e utilização dessas teses na argumentação jurídica, voltada ao trabalho principalmente do operador do Direito na análise dos casos concretos, respaldando-se na jurisprudência. O termo se distingue daquelas técnicas usuais empregadas na metodologia científica para a realização de trabalhos acadêmicos.

112 A saber, buscando deles extrair a informação jurídica que transcende o mero interesse das partes e se sobrepeõe como um posicionamento jurisprudencial de determinado órgão jurisdicional.

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE RESUMO JURISPRUDENCIAL

.....

Ao se constatar a importância da jurisprudência como informação jurídica e a necessidade de se disponibilizar de forma adequada as teses jurídicas consagradas pelos tribunais em reiteradas decisões, resultantes da aplicação de normas a casos semelhantes¹¹³, assume-se ser possível desenvolver uma metodologia de análise e representação desses documentos com respaldo em um determinado raciocínio jurídico que permita extrair tais teses e efetuar sua síntese em um novo tipo de documento analítico, que será denominado neste artigo de resumo jurisprudencial.

Em outras palavras, resumos jurisprudenciais são, desta forma, a representação, mediante uma síntese analítica, de informações sobre as questões centrais de direito que emergem de um determinado acórdão e que possam representar, de forma paradigmática, o entendimento do órgão jurisdicional sobre determinado tema, com o fim de disponibilizar tal representação em bases de pesquisa de jurisprudência.

Ao realizar-se um estudo comparado sobre os mecanismos de pesquisa de jurisprudência existentes nos grandes Estados de Direito, verifica-se que naqueles ordenamentos jurídicos onde se busca uma uniformização interpretativa, sempre existiu a preocupação em se desenvolver mecanismos de reunião, compilação e agrupamento dos precedentes jurisprudenciais.

É o que constata CAMARGO ao trazer como exemplos desse processo compartilhado: (a) o livrinho das Ordenações Manuelinas, em que as soluções tomadas em mesa grande eram nele registradas “para depois não vir em dúvida”; (b) o Livro Verde (depois denominado Livro da Relação) das Ordenações Filipinas, em que os assentos da Casa de Suplicação do Direito Português eram reunidos; (c) as coleções chamadas *placita*, que reuniam o *arrêt de règlement* dos *parlements* da França; (d) o Livro dos Prejulgados, no Brasil, previsto na Lei 316, de 25.11.1936; (e) a coleção de casos do direito inglês, denominada de *Years Books* e após sucedida pelos *Laws Reports*; e (f) os *Restatement of the Law*, existentes no direito norte-americano¹¹⁴.

Ao se possibilitar a pesquisa das teses jurídicas por meio de resumos que possuem o enfoque no posicionamento jurisprudencial de determinado órgão

113 Diniz (2003, p. 292).

114 Camargo (2012, p. 583).

jurisdicional acerca de determinada questão jurídica, trazida à consideração do magistrado por meio do caso concreto, a preocupação deixa de ser o fornecimento de todos os acórdãos porventura proferidos em determinado órgão e passa a ser a garantia de oferecer as teses jurídicas que formam a jurisprudência desse órgão, a qual será ofertada mediante o tratamento analítico de certos precedentes representativos daquele entendimento consolidado.

Nessa mesma esteira parece ser o posicionamento de CAMARGO, ao afirmar que

Para a identificação da formação da jurisprudência, o ideal mesmo parece ser criar onde não existe e incrementar onde já funcionam campos nos sites de cada um dos tribunais de modo a que, com atualização permanente, todos os casos julgados sejam reunidos por **questão jurídica decidida**. Essas ferramentas, a um só tempo, servirão como fonte de pesquisa e como instrumento de controle da coerência interna (com seus próprios julgamentos) e externa (com o julgamento de outros tribunais) da Corte.

Os resumos, que são *abstracts* informativos sobre as principais ideias desenvolvidas em um texto, sempre foram vastamente produzidos por *experts* de diversas áreas técnicas e nos formatos mais variados. Por esta razão, os resumos jurisprudenciais devem ser compreendidos como um produto fornecido por especialistas ou analistas que, buscando melhor organizar a informação jurídica, proporcionam mais um recurso ao pesquisador para que este possa identificar se a tese jurídica informada no resumo desperta seu interesse e, caso positivo, permita-o acessar o inteiro teor do documento acórdão, que é o produto típico da atividade jurisdicional, realizado exclusivamente por um colégio de magistrados.

Esse raciocínio se torna importante tendo em vista que o trabalho de análise do acórdão como um documento original, o qual criará um novo documento (o resumo) está completamente desvinculado do trabalho de prestação de atividade jurisdicional, que é exclusivo do magistrado, ainda que este seja auxiliado por especialistas da área jurídica para realizá-lo.

Tal constatação afasta a idéia equivocada de que um analista de jurisprudência, ao redigir um resumo dessa natureza, estivesse produzindo, de modo ilegítimo, um complemento ao voto proferido pelo magistrado, já que o resumo jurisprudencial elaborado nada mais será do que um relatório analítico sobre um documento originário, que é o acórdão. Esse relatório analítico é considerado um produto que oferece a síntese das teses jurídicas contidas no precedente.

Dessa forma, tem-se que a atividade de representação temática de um do-



cumento por meio da elaboração de resumos está para a gestão da informação jurídica assim como a atividade de elaboração de um acórdão está para a prestação da atividade jurisdicional. Logo, são atividades analíticas totalmente diversas e que possuem objetivos diferentes.

ESPÉCIES DE RESUMO JURISPRUDENCIAL OFERECIDAS EM BASES DE PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA

.....

Apresentam-se, a partir de um levantamento empírico feito em bases de pesquisa de jurisprudência nacionais e estrangeiras, os principais tipos de resumos jurisprudenciais oferecidos nessas bases de dados jurídicas.

Ementas

É possível afirmar que, no Brasil, a ementa se apresenta como a espécie de resumo jurisprudencial mais conhecida pelos operadores do Direito. Em que pese não faça parte do corpo do acórdão (pois não está prevista nos artigos 165 e 458 do CPC), é prevista expressamente no Código de Processo Civil, quando determina que “todo acórdão conterá ementa”¹¹⁵.

Uma vez que tal determinação se omite quanto à essencialidade da ementa em relação ao acórdão, ao contrário dos artigos 165 e 458 do CPC, que decompõem os elementos ou partes essenciais do acórdão (relatório, motivação e dispositivo), há entendimento jurisprudencial firmado nos tribunais superiores em que não é nulo o acórdão que não contenha ementa. Isso porque, sendo tão-somente um resumo do texto do acórdão, sua inexistência não impede a interposição de recurso nem a demonstração analítica da divergência, já que esta é feita mediante o confronto dos votos dos acórdãos indicados como divergentes, e não de suas ementas.¹¹⁶

Por outro lado, havendo confronto entre ementa e notas taquigráficas, preva-

115 Código de Processo Civil, art. 563. “Todo acórdão conterá ementa”.

116 Tribunal Superior do Trabalho. ED-RR nº 807959-35.2001.5.15.5555, Relator Ministro Rider de Brito, 5ª Turma, j. 21.05.2003, DJ 20.06.2003.

leem estas.¹¹⁷ Da mesma forma, se há conflito de conteúdo entre ementa e voto, este também prepondera, já que traz a correta fundamentação do acórdão¹¹⁸, não caracterizando hipótese de contradição para fins do artigo 535 do CPC, já que a ementa não é peça processual que o integra, tratando-se de mero resumo do julgado¹¹⁹.

Conforme CAMPESTRINI¹²⁰, a ementa elaborada de forma técnica deverá se pautar por determinadas características que, em última análise, são as mesmas que devem governar a confecção de qualquer espécie de resumo jurisprudencial, quais seriam: objetividade, concisão, forma afirmativa, propositividade, precisão, univocidade, coerência e correção. Tais características são relacionadas à parte do dispositivo da ementa, já que é nessa parte que se formula os enunciados com as teses jurídicas extraídas do acórdão prolatado.

Notas de cabeçalho (headnotes)

Segundo leciona MERSKY, a “nota de cabeçalho” (do inglês *headnote*) é um breve resumo de uma regra de direito ou de fatos significativos em um julgado, a qual precede o corpo de um voto (*opinion*) publicado em um repertório de jurisprudência¹²¹.

Nos relatórios dos acórdãos disponibilizados nos sistemas de *Common Law*, a *headnote* funciona como um sumário que usualmente aparece antes do texto de uma decisão jurídica, fornecendo informações sobre as questões centrais de direito que emergiram naquela decisão. As *headnotes* são geralmente adicionadas depois do julgamento por editores e redatores, e não são consideradas como sendo parte de decisão para os fins legais. Quando o magistrado que escreve o voto redige a *headnote*, ainda assim ela não é considerada parte do julgado; apenas a decisão propriamente dita é que compõe o corpo jurídico do acórdão.

O propósito principal da *headnote* de um julgado é proporcionar ao pesquisador que economize seu tempo no momento de encontrar um determinado tema

117 Ibid.

118 Superior Tribunal de Justiça. EDcl no AgRg no Ag nº 973.577/SP, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, j. 13.04.2010, DJe 29.04.20105.

119 Superior Tribunal de Justiça. REsp nº 1.080.104/PA, Relatora Ministra Denise Arruda, 1ª Turma, j. 18.09.2008, DJe 29.09.2008.

120 Campestrini (1994, p.1).

121 Mersky e Dunn (2002, p. xxvii).



jurídico. Uma *headnote* tem como função servir como um índice para uma decisão judicial, proporcionando ao pesquisador a possibilidade de que apenas uma parte de uma decisão extensa deva ser lida, de acordo com o seu interesse. Por isso, comentários e opiniões não devem dela fazer parte¹²².

Enunciados de jurisprudência

No Brasil, a base de dados de pesquisa pública mais conhecida que oferece esse tipo de resumo jurisprudencial é a da página de pesquisa de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Nesta página, a Secretaria de Jurisprudência oferece como produto um relatório descritivo com a análise de determinado acórdão, denominado de “Espelho do Acórdão”. Esse relatório apresenta o resultado da pesquisa na base de acórdãos, fornecendo dados do inteiro teor do acórdão que foram lançados em campos específicos, para fins de resgate¹²³.

Dentre os diversos campos do espelho do acórdão, está disponível o campo “Outras Informações”. O campo fornece um resumo jurisprudencial contendo enunciados relacionados às teses apreciadas no inteiro teor do acórdão que não constam da ementa, de forma complementar¹²⁴, o que significa dizer que se a tese jurídica julgada no inteiro teor do acórdão já aparece na ementa, tal tese não será objeto de síntese no campo Outras Informações, pois já está disponível ao pesquisador em outro campo do Espelho do Acórdão.

Tanto o campo Ementa quanto o campo Outras Informações possuem ontologicamente a mesma função, já que ambos fornecem resumos jurisprudenciais do conteúdo das teses jurídicas contidas no inteiro teor do texto originário que os inspirou, a saber, o acórdão prolatado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

A distinção fundamental entre eles é que, nesse órgão (tal como ocorre na maioria dos tribunais brasileiros) a elaboração do campo Ementa trata-se de atribuição do Ministro Relator ou, quando vencido, do Ministro designado Relator para o acórdão¹²⁵. Já o campo Outras Informações é elaborado em momento pos-

122 Ibid.

123 Superior Tribunal de Justiça (2013).

124 Ibid.

125 É importante lembrar que, em alguns tribunais brasileiros, a ementa é redigida por profissionais dos setores de documentação ou de biblioteca, e não dentro dos gabinetes de magistrados, ainda que muitas vezes estes validem a redação elaborada por aqueles em um momento posterior.

terior à publicação do acórdão e os enunciados jurisprudenciais nele contido são redigidos por analistas de jurisprudência da Secretaria de Jurisprudência daquele órgão, ou seja, por serventuários da justiça¹²⁶.

Os textos dos enunciados de jurisprudência são redigidos de forma sistematizada, com o objetivo de resgatar a informação, e contêm os seguintes elementos que identificam a tese jurídica considerada: entendimento, questão jurídica, contexto fático e fundamentação¹²⁷. Tais elementos são sempre apresentados em uma sequência dentro do enunciado, expressando a seguinte ordem de raciocínio: o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a questão jurídica abordada no inteiro teor do acórdão, em determinado contexto fático e por certos fundamentos apresentados pelo magistrado no acórdão e que justificam tal entendimento.

Resumos contidos em relatórios de jurisprudência (Law Reports)

Os relatórios de jurisprudência (ou repertórios de precedentes judiciais, do inglês *law report*) são compilações, muito utilizadas nos sistemas de *Common Law* inglês e norte-americano, que disponibilizam os casos judiciais publicados e organizados de acordo com algum tipo de agrupamento, tais como jurisdição, tribunal, período de tempo, assunto ou relevância do caso. Podem ainda se referir a relatórios que contêm as decisões administrativas publicadas de uma determinada agência administrativa governamental¹²⁸.

Essas compilações geram verdadeiros sistemas de relatórios nacionais, já que são pressupostos para a eficiência do sistema jurídico de *Common Law*, o qual está pautado na existência de métodos de consulta acessíveis e seguros para a obtenção dos precedentes judiciais. Possuem, ademais, duas funções: servir como material de pesquisa para os operadores do Direito, no sentido de se saber qual a regra estabelecida para uma determinada questão, e demonstrar, no âmbito da controvérsia judicial, qual é o direito aplicável àquele caso sob julgamento¹²⁹.

Esses sistemas de relatórios possuem dois interessantes métodos de compilação que correspondem a espécies de resumos jurisprudenciais dentro do conceito proposto no presente estudo: os Digestos e as Anotações, analisadas a seguir.

126 Superior Tribunal de Justiça (2009).

127 Cf. Ibid (2013).

128 Mersky e Dunn (2002, p. xxxv).

129 Dias de Souza (2006, p. 110).



Digestos (digests)

Na acepção de BLACK, o Digesto, espécie de resumo jurisprudencial, trata-se de “um índice de casos reportados, fornecendo ementas concisas de como a corte decidiu os fatos do caso, que são organizados por assunto e subdivididos por “jurisdição” e tribunais”.¹³⁰

Em um sistema de *Common Law*, a habilidade em localizar precedentes sobre as mesmas questões jurídicas objeto da controvérsia em análise é essencial para conferir substrato à pesquisa jurisprudencial. Devido ao fato dos precedentes serem publicados nos repertórios de jurisprudência em uma ordem cronológica ao invés de serem organizados por temas, é extremamente necessário o desenvolvimento de um método de pesquisa a fim de localizar os acórdãos por assunto, sob pena dos resultados de busca se revelarem ineficientes.

É sob essa percepção que se justifica a função dos digestos. Após os casos serem julgados, os editores contratados por editoras comerciais analisam os acórdãos e elaboram breves sumários descritivos sobre as diversas questões jurídicas apresentadas nos precedentes. Em um segundo momento, esses parágrafos descritivos são organizados por assunto ou tema e publicados na forma de digestos¹³¹.

Os parágrafos do digesto são necessariamente breves e por isso podem falhar ao não transmitirem a conclusão jurídica firmada por um tribunal sobre os efeitos legais dos fatos relacionados a um caso, ou ao não apresentarem os fatores importantes que afetaram a decisão e que poderiam fornecer um suporte específico para o problema que está sendo pesquisado. Em qualquer caso, caberá ao pesquisador jurídico ler o inteiro teor do voto do qual o parágrafo do digesto se inspirou para ser elaborado¹³².

Anotações (annotations)

Anotações (do inglês *annotations*) são ensaios enciclopédicos ou memorandos que agrupam os casos referentes a uma mesma questão jurídica e, então, por meio desses casos, é feita a discussão e análise em profundidade daquela questão em particular.

130 Cf. Black apud Ibid., p. 120.

131 Mersky e Dunn (2002, p. 81).

132 Ibid.

Nos Estados Unidos, a editora líder em publicação das anotações por muitas décadas foi a *Lawyers Cooperative Publishing* (e suas companhias relacionadas), que atualmente faz parte do grupo econômico *West*, o qual publica diversos tipos de repertórios de jurisprudência. Quanto ao raciocínio desenvolvido pela *West* para a disponibilização das Anotações, noticia MERSKY que esse grupo percebeu que nem todos os casos julgados a cada ano eram do interesse da maioria dos advogados, uma vez que muitos deles lidam com assuntos estritamente locais ou cobrem uma área do Direito tão bem assentada que acrescentam muito pouco ao entendimento da jurisprudência¹³³.

Assim, a *Lawyers Cooperative* passou a consolidar uma tradição de identificar e desenvolver as teses jurídicas e fornecer uma análise e crítica mais profundas somente em relação aos casos que apresentavam aquela determinada questão jurídica – que englobava até mesmo assuntos não previamente resolvidos, mudanças na lei e tendências emergentes no pensamento jurídico¹³⁴.

Quanto à metodologia empregada na elaboração das Anotações, para produzir suas séries anotadas, o editor busca inicialmente selecionar e relatar um caso contemporâneo que seja representativo de uma determinada tese jurídica, colecionando todos os casos relevantes sobre aquele assunto e os utilizando para analisar e criticar em detalhes aquela questão jurídica. Ao fornecer esse método de relatórios de jurisprudência seletivos, o editor permite aos pesquisadores jurídicos escolherem entre consultar uma coleção mais abrangente contendo todos os acórdãos publicados ou consultar um sistema que relata seletivamente e fornece anotações tão-somente em relação àqueles casos considerados os mais importantes¹³⁵.

Informativos de jurisprudência

A fim de analisar as características dessa espécie de resumo jurisprudencial, tomar-se-ão como exemplos os informativos de jurisprudência atualmente mais conhecidos pelos operadores do Direito em bases públicas brasileiras de jurisprudência: o Informativo de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Informativo de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e o Informativo de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União.

133 Ibid., p.115.

134 Ibid.

135 Ibid.



Informativo do Tribunal de Contas da União

Quanto aos tribunais de contas, entende-se que, conforme o disposto no artigo 71, inciso II, da Constituição Federal¹³⁶, estes órgãos desempenham função jurisdicional ou contenciosa, e por tal razão, emanam jurisprudência, motivo pelo qual também possuem o dever institucional de desenvolver metodologias que aperfeiçoem e sistematizem a divulgação das teses jurídicas contidas em seus julgados.

É exemplo da organização e sistematização da jurisprudência emanada pelos tribunais de contas a disponibilização, na página de pesquisa de jurisprudência do Tribunal de Contas da União, do Informativo de Licitações e Contratos¹³⁷. Este Informativo, elaborado a partir das deliberações tomadas pelo TCU nas sessões de julgamento das Câmaras e do Plenário, contém resumos jurisprudenciais de algumas decisões proferidas nas respectivas sessões, relativas a licitações e contratos, tendo por objetivo facilitar o acompanhamento, pelo pesquisador jurídico, dos entendimentos jurisprudenciais do TCU quanto a aspectos relevantes que envolvem o tema¹³⁸.

Quanto à metodologia de elaboração, a seleção das decisões que constam do Informativo é feita pela Secretaria das Sessões, levando-se em conta ao menos um dos seguintes fatores: ineditismo da deliberação, discussão no colegiado ou reiteração de entendimento importante. Os resumos apresentados no Informativo de Jurisprudência do TCU, a exemplo da regra dominante em todos os tipos de resumos jurisprudenciais, não são repositórios oficiais de jurisprudência¹³⁹, uma vez que são feitos por especialistas da área técnica ou jurídica, e não por magistrados (no caso dos tribunais de contas, por conselheiros), no exercício da atividade jurisdicional.

Informativo do Supremo Tribunal Federal

O Informativo de Jurisprudência do STF é fornecido em dois tipos de apresentação: semanal e mensal. O Informativo semanal é redigido a partir de notas tomadas nas sessões de julgamento das Turmas e do Plenário, contendo resumos

136 Constituição Federal, art. 71.

137 Tribunal de Contas da União (2012).

138 Cf. Ibid.

139 Ibid.

não-oficiais de decisões proferidas pelo Tribunal. Como os parágrafos que contêm os resumos referidos aos julgados são feitos antes da publicação dos acórdãos selecionados, a fidelidade desses resumos jurisprudenciais ao conteúdo efetivo das decisões somente poderá ser aferida após a publicação destas no Diário da Justiça¹⁴⁰.

Quanto ao Informativo Mensal, este apresenta todos os resumos de julgamentos divulgados pelos informativos semanais do STF concluídos no mês a que se refere e é organizado por ramos do Direito e por assuntos. Assim, trata-se de uma compilação de edições de informativos já disponibilizados anteriormente, entretanto, agrupados por categorias do Direito¹⁴¹.

Informativo do Superior Tribunal de Justiça

O Informativo de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça oferece o resumo dos principais julgamentos ocorridos em todos os órgãos julgadores da Corte. As sessões de julgamento são acompanhadas por um servidor com formação jurídica, que fica atento a novas teses firmadas, alterações na jurisprudência e aplicação de entendimentos já consolidados em casos emblemáticos¹⁴².

Quanto aos seus objetivos, o informativo busca ser conciso, apresentando textos curtos a fim de que os pesquisadores possam obter a informação essencial no menor tempo possível. Também visa a chamar a atenção da comunidade jurídica quanto a uma decisão recém-tomada, antes do acórdão ser publicado no Diário de Justiça¹⁴³.

Tem-se registro que o Informativo foi criado em 1998 como um boletim com resumos dos julgados, à semelhança do que já acontecia no âmbito do Supremo Tribunal Federal, sendo distribuído inicialmente apenas aos ministros, com uma tiragem de 33 exemplares (coincidindo com o número de ministros daquele tribunal). Assim, ao chegar às sessões de julgamento, os ministros já encontravam o informativo sobre a mesa, e assim tomavam ciência do que ocorria em todos os órgãos julgadores do STJ. Posteriormente, em razão da repercussão positiva dos resumos, a distribuição foi ampliada a todo o tribunal, com uma tiragem de

140 Supremo Tribunal Federal (2012).

141 Ibid.

142 Superior Tribunal de Justiça (2012).

143 Ibid.

mil exemplares¹⁴⁴. Atualmente, o informativo é disponibilizado para qualquer interessado na página de pesquisa de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça na *Internet*.

Resenhas de jurisprudência

As resenhas de jurisprudência podem ser conceituadas como resumos jurisprudenciais feitos a partir da pesquisa e extração de teses jurídicas contidas em um conjunto de acórdãos proferidos pelos órgãos colegiados dos tribunais de contas e que indicam, por meio desse conjunto representativo de julgados, o entendimento do órgão sobre determinada questão jurídica.

Tomando como exemplo as resenhas oferecidas nas bases de pesquisa de jurisprudência públicas do Tribunal de Contas da União, verifica-se que estas são resumos sintéticos, elaborados pela Divisão de Normas e Jurisprudência da Secretaria das Sessões desse tribunal, a partir de conjuntos de precedentes das câmaras ou do plenário daquele tribunal. Tais resenhas podem não representar o completo entendimento do tribunal sobre o assunto¹⁴⁵.

A base de Jurisprudência Sistematizada do TCU é alimentada e mantida por analistas de jurisprudência daquele órgão. Quanto à metodologia de análise dos documentos, primeiramente é feita a leitura dos acórdãos, a extração de trechos de cada acórdão que contém entendimentos jurisprudenciais e sua classificação por assunto, para posterior elaboração e manutenção dos entendimentos comuns ao órgão julgador, que são as resenhas¹⁴⁶.

Assim, primeiramente serão decotados de cada acórdão os seus excertos. Os excertos são extratos de uma ou mais partes do acórdão ou decisão, que podem ser reproduzidas de forma contínua ou fragmentada. Em um segundo momento, os analistas de jurisprudência irão conferir um tratamento aos excertos extraídos, classificando os documentos em títulos a fim de que, analisando os acórdãos originários, possam extrair o entendimento jurisprudencial do tribunal sobre determinada questão jurídica. Assim, desse conjunto de excertos é feito uma resenha, representando o entendimento comum do órgão¹⁴⁷.

144 Ibid.

145 Tribunal de Contas da União (2013).

146 Ibid.

147 Ibid.

METODOLOGIAS DE ANÁLISE PARA A ELABORAÇÃO DE RESUMOS JURISPRUDENCIAIS

A seguir, apresentam-se metodologias de análise desenvolvidas sob um raciocínio eminentemente jurídico e criadas para possibilitar a extração das teses jurisprudenciais contidas nos acórdãos que podem servir como base para a síntese dessas teses em resumos jurisprudenciais. O levantamento dessas metodologias destaca algumas soluções experimentadas no âmbito do Direito brasileiro, bem como outras aplicadas em países que se submetem ao sistema jurídico de *Common Law*.

Teoria dos elementos teórico-metodológicos para elaboração de ementas jurisprudenciais

GUIMARÃES apresenta uma metodologia de análise do conteúdo dos acórdãos tomando por base a estrutura da sentença prevista no artigo 458 do atual Código de Processo Civil Brasileiro. Sua metodologia se tornou muito bem aceita entre os documentalistas brasileiros na estruturação das ementas jurisprudenciais¹⁴⁸. Construída a partir da Teoria das Classificações Facetadas, de Ranganathan, e a Teoria Tridimensional do Direito, de Miguel Reale. A partir da ideia de integração dos três elementos, sob o ponto de vista da primeira teoria, desenvolveu quatro categorias para a identificação de conceitos em acórdãos: Fato, Instituto Jurídico, Entendimento e Argumento¹⁴⁹. Das palavras de GUIMARÃES se extrai a definição desses elementos:

- a. o Fato (previsto como tal por Reale) é um dos elementos que, presente no Relatório, gera a lide de que trata o acórdão;
- b. o Instituto Jurídico (ao mesmo tempo norma e valor aplicado ao fato, na doutrina de Reale), representa a pretensão jurídica das partes – o direito discutido – na questão *sub judice*, estando igualmente presente no Relatório;

148 Guimarães (1994).

149 Guimarães (2004, p. 46).



- c. Entendimento (norma específica, como resultado de uma operação axiológica entre o Fato e a norma geral aventada – o Instituto Jurídico), elemento característico dos documentos jurisprudenciais, concretiza-se pelo Dispositivo;
- d. o Argumento (explicitação do procedimento axiológico do Judiciário), presente na Motivação, estabelece nexos entre o Fato e o Instituto Jurídico, tendo caráter persuasivo, de forma a garantir um “Dispositivo verossímil” às partes e às instâncias superiores na hipótese de interposição de posterior recurso¹⁵⁰.

A técnica de GUIMARÃES requer o conhecimento da estrutura do acórdão e as funções por ele desempenhadas, a fim de que o autor do resumo proponha um conjunto de questionamentos a serem feitos ao relatório, ao dispositivo e ao fundamento do voto. Ao relatório, deve-se questionar qual é a situação fática que suporta tal discussão, ou qual o direito efetivamente discutido. Ao dispositivo, qual o posicionamento adotado pelo tribunal, ou seja, qual o tipo de nexo estabelecido entre a situação fática e o direito discutido. Ao fundamento, quais são os argumentos utilizados pelo magistrado para sustentar o posicionamento exarado no dispositivo.

Raciocínio lógico-jurídico da Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça para identificação da tese jurídica

O raciocínio lógico-jurídico da Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça para a identificação das teses jurídicas contidas nos acórdãos daquele tribunal foi fortemente influenciado pela metodologia de GUIMARÃES para a elaboração de ementas, o que pode ser constatado da própria disponibilização dos enunciados de jurisprudência existentes na sua página de pesquisa de jurisprudência na *internet*¹⁵¹.

Tal raciocínio, entretanto, está presente não somente no momento de elaboração dos resumos jurisprudenciais oferecidos por aquela Secretaria (enunciado de

150 Ibid.

151 Superior Tribunal de Justiça (2013).

jurisprudência e informativo de jurisprudência), mas permeia todo o fluxo de tratamento dos acórdãos analisados. A finalidade do raciocínio analítico é desenvolver as atividades de análise temática da jurisprudência do Tribunal, de armazenamento e organização das informações jurisprudenciais em base de dados, bem como de sua recuperação e divulgação, o que garante uma organização sistêmica daquele acervo de entendimentos, com controle da sua representatividade e atualização¹⁵².

Considerando como tese jurídica aquela informação contida no acórdão que apresenta, em uma sequência lógica, os elementos entendimento, questão jurídica, contexto fático e fundamentação, é feito um controle a fim de que todas as teses jurídicas estejam contidas na base de pesquisa de jurisprudência, por meio de um relatório analítico elaborado sobre cada acórdão denominado de “Espelho do Acórdão”.

Compreendendo cada acórdão como um paradigma em relação à tese nele representada, a metodologia se preocupa em garantir ao pesquisador jurídico a compreensão de qual seja o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria considerada, em uma determinada situação, e quais fundamentos justificariam tal posicionamento. Essa garantia expressa o raciocínio lógico-jurídico do julgado, o qual comporá a base de jurisprudência.¹⁵³

Método FILAC de avaliação do problema jurídico (Facts, Issues, Law, Analysis and Communication)

O método FILAC de avaliação do problema jurídico, desenvolvido pela Universidade canadense de Ottawa para orientação da disciplina “Princípios da pesquisa jurídica”, propõe que a extração da tese jurídica contida nos precedentes seja analisada por meio de um modelo que representa em sua nomenclatura as siglas para Fatos, Questões, Direito, Análise e Comunicação (*facts, issues, Law, analysis and communication*).

Partindo do pressuposto de que a análise de um texto jurídico seja um processo que deva ocorrer em um número de estágios, enuncia que a avaliação do problema jurídico apresentado requer uma abordagem metodológica. Torna-se

152 Nesse sentido, consultar o Manual de Organização da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, Brasil (2012).

153 Pimentel (2012).



essencial para a análise a avaliação do problema apresentado, o que possibilita a determinação da questão jurídica ou do assunto específico que deverá ser respondido (no caso do analista de jurisprudência, do assunto que deverá ser sintetizado e transmitido no resumo).

A análise do problema jurídico é feita então por meio de etapas organizadas em uma metodologia que desenvolve as habilidades relacionadas à identificação dos fatos, das questões, do direito discutido, da análise e da comunicação (método FILAC). Esses elementos têm como função auxiliar o operador do Direito a:

- a. Analisar os fatos em profundidade;
- b. Identificar adequadamente as questões jurídicas;
- c. Compreender o problema em termos jurídicos; e
- d. Localizar o Direito relevante (compreendidos o direito processual e o material)¹⁵⁴.

Abordagem de pesquisa de jurisprudência em quatro etapas (identificar fatos, formular questões, pesquisar temas e atualizar)

O presente método, desenvolvido pela Universidade de Direito de Wisconsin, Estados Unidos, é muito semelhante ao método FILAC de avaliação do problema jurídico, ao compreender o processo de análise do texto jurídico em etapas progressivas.

Quanto ao fornecimento de parâmetros para a elaboração de resumos jurisprudenciais, o método torna-se útil na elaboração daquelas espécies de resumo que demandam a extração do entendimento do órgão jurisdicional sobre determinada questão jurídica, realizada por meio da pesquisa de um conjunto de precedentes, para então desse conjunto se extrair a tese jurisprudencial (como é o caso das resenhas de jurisprudência).

O trabalho de pesquisa do analista sobre os textos jurídicos passa a ser subdividido em quatro passos básicos, quais sejam: a) a identificação e análise dos fatos significativos; b) a formulação das questões jurídicas; c) a pesquisa dos temas apresentados; e d) a atualização. A discussão é focada em cada um dos

154 University of Ottawa (2011).

passos individualmente, não obstante cada passo seja estritamente relacionado aos demais. No processo de execução de cada um dos passos é ainda necessário revisar e refinar a análise feita sobre o anterior¹⁵⁵.

PROPOSIÇÃO DE METODOLOGIA INTEGRADORA COM A FUNÇÃO DO PRECEDENTE JUDICIAL

.....

Da apreciação das diversas metodologias de análise para a elaboração de resumos jurisprudenciais abordadas no presente artigo, propõe-se uma metodologia de identificação das informações contidas em acórdãos que possuam relevância jurisprudencial, com o objetivo de representá-las em relatórios analíticos disponibilizados em bases de pesquisa de jurisprudência e na forma de resumos.

Efetuando-se uma análise comparada dessas metodologias, encontram-se algumas regras generalizantes de extração das informações jurisprudenciais contidas no acórdão, seja no caso em que este é analisado separadamente, quanto nas hipóteses em que um grupo de acórdãos representando um mesmo entendimento jurisprudencial é analisado.

Em todas as metodologias avaliadas, identificou-se que a extração dos elementos que representam a tese jurídica contida no acórdão está de alguma forma relacionada à estrutura do raciocínio jurídico desenvolvido no julgado, passando pela necessidade de compreensão da *holding* nele existente, pois será este núcleo duro que servirá como sustentáculo do entendimento jurisprudencial do órgão sobre o tema.

As metodologias também defendem, de forma comum, a necessidade de compartimentar o processo de análise em etapas ou elementos, a fim de chegar-se ao seu produto final, que seria o resumo jurisprudencial da tese jurídica em apreço.

155 Barkan apud Mersky e Dunn (2002, p. 14).

Vinculação dos elementos do resumo à extração de uma tese paradigmática

Verificando esses elementos comuns, percebe-se que tais resumos representativos da jurisprudência de certo órgão jurisdicional são sempre elaborados a partir da análise contida das partes dos acórdãos, porém encontram seu sentido apenas quando representam aquela norma geral aplicável a todas as hipóteses similares e idênticas que são submetidas à apreciação daquele órgão¹⁵⁶.

Isso porque não é o acórdão solucionando o caso concreto que traduzirá a jurisprudência de um órgão jurisdicional, e sim o posicionamento do tribunal exarado em um precedente. A fim de esclarecer a diferença entre acórdão e precedente, LARENZ ensina que *“o que constitui o precedente não é a decisão do caso concreto com força de caso julgado, mas a resposta dada pelo tribunal, na motivação da sentença, a uma questão de direito que se suscita de modo idêntico ou pelo menos comparável no caso a decidir agora”*¹⁵⁷.

A presente proposta sugere que a identificação desses elementos no corpo dos acórdãos seja feita sempre de maneira conjugada com a função desempenhada pelo precedente judicial, que é justamente a de servir, de maneira legítima e equânime, como parâmetro para a solução de casos com bases fáticas semelhantes, o que DWORKIN denomina de *“força gravitacional do precedente”*¹⁵⁸.

Ainda que resumos jurisprudenciais sejam concebidos para, de maneira sintética e informativa, suscitarem no pesquisador jurídico o interesse pela tese, a fim de que decida se deverá ou não recorrer à leitura do inteiro teor do documento originário (o acórdão), deverá se manter fiel em relação à tese jurídica que ele busca transmitir sob um viés jurisprudencial. O resumo alcançará essa fidelidade oferecendo informações que sejam do interesse de toda a comunidade jurídica e que representem o entendimento firmado pelo órgão sobre determinada questão jurídica que foi a ele submetida, reiteradas vezes, por meio de um veículo representativo daquele entendimento, que é o acórdão que soluciona a controvérsia levada ao julgador pelas partes interessadas.

Com isso, reforça-se a necessária distinção entre as metodologias propostas para a elaboração do próprio acórdão, texto que é produto exclusivo do magistrado no momento em que soluciona a controvérsia a ele apresentada pelas partes proces-

156 Remete-se ao conceito de jurisprudência formulado por Diniz (2003, p. 292).

157 Larenz (1969, p. 495).

158 Dworkin (2002, p. 175).

suais, e as metodologias que cuidam da extração dos elementos representativos do acórdão, ora visto como o documento originário, a fim de elaborar-se um resumo que relate as teses jurídicas nele contidas que irão representar o entendimento jurisprudencial de determinado órgão sobre um tema.

É bem verdade que os dois raciocínios estão intrinsecamente ligados, entretanto, a análise de sua elaboração possui limites bem distintos. Não se tem a pretensão, no presente artigo, de ensaiar critérios que ensinem o raciocínio jurídico de elaboração de uma decisão judicial pelo magistrado, pois se estaria fatalmente imiscuindo no dilema dos limites da cognição do juiz. Também se correria o risco de tentar restringir quais seriam os fatos que deveriam ser considerados relevantes pelo juiz no momento do decote factual no voto, ou de limitar sua ação argumentativa no momento de motivar a decisão. Muito menos, pretende-se fazer um juízo de qual informação poderia ser considerada como questão jurídica pelo magistrado, que comumente a extrai da sequência de pedidos sobre algum bem da vida almejado pelas partes. Caso tal seara fosse adentrada, chegar-se-ia a uma espiral de análise que permitiria ao analista de jurisprudência combinar qualquer tipo de dado fornecido no acórdão, concedendo-lhe o alvitre de determinar o que é tese jurídica e o que não o é, bem como decidir se uma mesma informação seria tratada como fato relevante da tese, como motivação do voto ou ainda como questão jurídica.

A metodologia ora proposta é operacionalizada pela tarefa de decomposição do precedente. Tal tarefa não se trata de inovação. No sistema de *Common Law*, é conhecida dos operadores de Direito anglo-saxônicos, vez que seu domínio é condição para o exercício das carreiras jurídicas. Acredita-se, entretanto, que se revela como uma nova proposta na medida em que vincula tais raciocínios ao processo analítico de escrita dos resumos jurisprudenciais¹⁵⁹. Apresentam-se, a seguir, a decomposição desses elementos.

159 Nesse sentido, informa camargo (2012, p. 560) que “a cultura jurídica dos Estados Unidos requer que os alunos sejam ensinados a analisar casos para determinar os fatos relevantes, questões que a Corte precisa decidir, e os fundamentos que são apropriados para responder as questões jurídicas. Assim, o método de ensino de casos é um aspecto necessário do precedente vinculante (...). Assim sendo, muito do ensino jurídico americano concentra-se na análise das decisões publicadas à luz de decisões anteriores para reconhecer questões, fundamentos e precedentes. Essa abordagem realça a razão ou fundamento da decisão da Corte, bem como requer que a questão jurídica ou questões de um caso jurídico sejam articuladas no contexto dos fatos do caso.”.



Identificação do problema jurídico

A atividade do analista de jurisprudência está estreitamente vinculada à questão de direito firmada necessariamente pelo magistrado como tal no voto que será objeto do resumo. Opina-se que nem mesmo o pedido da parte é quem estabelece definitivamente o problema jurídico, e sim o próprio autor do texto originário (o julgador). Isso, reforça-se, para fins de elaboração do resumo, pois nessa abordagem descabe inferir sobre a correção da própria decisão judicial. A partir da delimitação desse problema central (ou problemas centrais), se deduzirá a questão de direito que emerge do precedente, o que viabilizará enunciar o entendimento sobre ela firmado pelo órgão julgador e a futura localização da tese jurídica que será registrada na base temática de jurisprudência desse órgão.

Segundo MARINONI, o precedente não se reduz ao acórdão que abordou uma questão jurídica com determinada aptidão, mas possui qualidades externas que transcendem ao conteúdo da própria decisão. Ele “é a primeira decisão que elabora a tese jurídica ou é a decisão que definitivamente a delinea, deixando-a cristalina”¹⁶⁰.

A dedução do problema jurídico que revela as questões de direito submetidas à consideração do órgão julgador dependerá ainda da identificação dos fatos selecionados pelo magistrado como relevantes à solução jurídica do caso.

Seleção dos fatos relevantes. A seleção dos fatos relevantes de um julgado poderá ser feita com o auxílio de dois métodos: a) pela abordagem de GOODHART quanto aos fatos materiais (*material facts*); e b) pela técnica do *discrímen* do caso (do inglês *Distinguishing*).

Abordagem de Goodhart quanto aos fatos materiais

Ao elaborar-se um resumo jurisprudencial sobre determinada teses jurídica inserta em um precedente, deve-se considerar não apenas os fatos que são relevantes para a tese extraída, sob um ponto de vista jurisprudencial, mas também considerar, no momento da decomposição do elemento, aquele quadro fático que foi estritamente considerado pelo magistrado no momento em que exarou o seu voto.

160 Marinoni (2010, p. 216).

Tal afirmação implica dizer que outros fatos constantes da decisão judicial, tais como aqueles relatados pelas partes ou transcritos a título de mero relatório (tais como o registro de trechos fáticos de outros precedentes utilizados no corpo da decisão), poderão eventualmente ser considerados pelo analista de jurisprudência para o efeito de fazer-se uma interpretação coerente do texto como um todo, mas nunca para deles extrair-se a tese jurídica decomposta do julgado.

Segundo a Teoria dos Fatos Materiais de Goodhart, as razões de decidir de um precedente se traduzem pelos fatos considerados materiais pelo magistrado no momento da apreciação do caso concreto. Assim, para determinar o alcance do precedente em potencial, deve-se buscar aquilo que o juiz entendeu como relevante no momento da prolação do seu voto. O julgador analisa a narração dos fatos trazida pelas partes e elege alguns de seus elementos como relevantes, em detrimento de outros, conformando-lhes com o quadro normativo do julgado. Dessa forma, o juiz profere sua decisão a partir de uma determinada interpretação dos fatos trazidos à sua apreciação¹⁶¹.

O próprio GOODHART assim defende tal concepção:

O mesmo conjunto de fatos pode se apresentar de modo completamente diferente para duas pessoas distintas. O juiz chega à sua conclusão a partir de uma massa de fatos selecionada por si como relevantes a partir de um conjunto maior de fatos, alguns dos quais podem parecer relevantes para o homem médio, mas que para aos olhos do advogado se mostram irrelevantes. O juiz, assim, chega à sua conclusão a partir dos fatos como ele os vê. É sobre esses fatos que ele baseia seu julgamento, não sobre quaisquer outros. Disso segue-se que nossa tarefa, quando estivermos analisando um caso, não é identificar os fatos e a conclusão, mas identificar os fatos materiais como vistos pelo juiz e sua conclusão.¹⁶²

Técnica do *discrímen* do caso (Distinguishing)

Além de manter a fidelidade com os fatos materiais selecionados pelo magistrado no precedente, o resumo deve registrar em seu corpo aqueles fatos que podem ser identificados como potencialmente iguais em futuros precedentes, de tal forma que o pesquisador jurídico possa inferir que entre o precedente localiza-

161 Cf. Rodrigues (2012, p.8).

162 Goodhart apud Ibid.



do em seu resultado de busca e o caso que ainda depende de solução pelo órgão jurisdicional existe (ou não) uma igualdade jurídica.

Para se localizar a semelhança factual juridicamente relevante, determina-se quais fatos são relevantes fazendo um sopesamento hipotético entre os fatos que se apresentam no acórdão que está sendo analisado e os fatos que deverão constar em um resumo jurisprudencial e que poderão ser úteis e a outras situações similares àquela que circunda a questão de direito identificada. Trata-se de um esforço constante do analista de jurisprudência de, invocando uma interpretação razoável, distinguir entre os fatos que desbordam da tese jurídica e aqueles que se afiguram como meras particularidades do caso concreto e que não possuem relevância jurisprudencial, revelando-se de pouco interesse à comunidade jurídica.

A metodologia proposta inspira-se na técnica do *distinguishing*, utilizada pelos magistrados no sistema de *Common Law* a fim de criar solução própria para o caso quando, mediante comparação, constatarem a presença de uma particularidade relevante que o diferencie do precedente paradigma.¹⁶³

Infere-se da técnica que dois casos poderão ser juridicamente iguais ainda que sejam diferentes em alguns aspectos fáticos irrelevantes. CAMARGO melhor explicita essa característica ao ensinar que

Para que dois casos sejam iguais não é necessário que a igualdade seja absoluta, isto é, em todos os aspectos, em todos os detalhes. Diante de um novo caso, é preciso identificar o ponto efetivamente nuclear do precedente invocado de modo a possibilitar ou não o seu enquadramento ao caso em exame, pois, como sempre há uma ou outra minúcia a distinguir dois processos, a imposição da condição de ocorrência de exata, total e irrestrita similitude entre novo caso e caso paradigma, inviabilizaria totalmente o sistema de respeito aos precedentes. Como há diferenças que são irrelevantes para a comparação da questão jurídica, estas devem ser desprezadas. Esse juízo de valor será sempre feito pela parte no ato de postular com base em precedente ou no ato do juiz de decidir com base em antecedente judiciário.¹⁶⁴

A utilidade da técnica do *discrímen* no momento da seleção dos fatos relevantes da tese que será representada no resumo jurisprudencial é permitir que o pesquisador jurídico detecte, mediante a leitura da tese, a base fática que seja suficientemente igual entre o caso que ainda será levado à apreciação do órgão julgador e aqueles precedentes que foram oferecidos na base de pesquisa de jurisprudência

163 Cadore apud Mancuso (2010, p. 29).

164 Camargo (2012, p. 565).

do órgão para representarem determinada tese jurídica. Permite, de igual forma, que o usuário detecte que as bases fáticas são juridicamente distintas, o que o fará concluir ser aquele precedente oferecido inservível ao seu interesse de pesquisa.

Essa utilidade se justifica ainda no auxílio ao pesquisador jurídico que necessita localizar o entendimento divergente entre órgãos fracionários de um mesmo tribunal ou entre tribunais diferentes por meio das teses jurídicas firmadas nos precedentes pesquisados.

Quanto a esse último ponto, ressalta-se que existem recursos judiciais nos tribunais superiores que exigem como pressuposto para sua admissibilidade a comprovação da similitude fática entre os acórdãos recorrido e paradigma, como é o caso do Recurso Especial fundado na interpretação divergente da lei federal realizada por outro tribunal¹⁶⁵, e dos Embargos de Divergência interpostos em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário¹⁶⁶. Em tais casos, a igualdade fática entre os acórdãos confrontados não precisa ocorrer em minúcias, mas naquilo que for essencial, pois, conforme ALEXYY, *“nunca há dois casos completamente iguais. Sempre se encontrará uma diferença. O verdadeiro problema se transfere, por isso, à determinação da relevância das diferenças.”*¹⁶⁷

Cabe, assim, ao analista de jurisprudência no momento de elaboração do resumo jurisprudencial, oferecer as informações quanto aos fatos relevantes à tese jurídica dentro dos limites desse raciocínio, ou seja, não descer à descrição de minúcias que descaracterizem a igualdade jurídica potencial com outros precedentes que tratam da mesma questão jurídica; e guardar coerência com os fatos materiais selecionados pelo magistrado na solução do caso descrito no acórdão.

Motivos determinantes da decisão

Prosseguindo na análise de decomposição do precedente, verifica-se ser este *“a regra jurídica utilizada por órgão jurisdicional em decisão pronunciada e publicada em momento anterior, que será utilizada como fundamento jurídico de posterior decisão que contenha controvérsia análoga ou idêntica”*.¹⁶⁸

Ao analisar o acórdão isoladamente, identificam-se diversos fundamentos

165 Constituição Federal de 1988, artigo 105, inciso III, alínea “c”.

166 Código de Processo Civil, art. 496, inciso VIII.

167 Alexy apud Camargo (2012, p. 600).

168 Cf. Chassoni apud Abboud (2012, p. 514).

que justificam o posicionamento adotado pelo magistrado na solução do caso concreto. Isso porque, no Brasil, é mandamento constitucional a devida motivação das decisões judiciais. Entretanto, sob um viés jurisprudencial, considerando-se a função do precedente como essa regra jurídica citada, tem-se que a fundamentação não é sinônimo das razões de decidir do acórdão, estas sim relevantes para fins de extração das teses jurídicas que representarão o entendimento jurisprudencial de determinado órgão jurisdicional.

MARINONI ensina que

A razão de decidir, numa primeira perspectiva, é a tese jurídica ou a interpretação da norma consagrada na decisão. De modo que a razão de decidir certamente não se confunde com a fundamentação, mas nela se encontra. Ademais, a fundamentação não só pode conter várias teses jurídicas, como também considerá-las de modo diferenciado, sem dar igual atenção a todas. Além disso, a decisão, como é óbvio, não possui em seu conteúdo apenas teses jurídicas, mas igualmente abordagens periféricas, irrelevantes enquanto vistas como necessárias à decisão do caso¹⁶⁹.

Para bem compreender a diferença entre o que sejam as razões de decidir e outras considerações periféricas dentro da fundamentação do acórdão, torna-se necessário buscar em uma técnica consagrada do *Common Law* a diferenciação entre *ratio decidendi* e *obiter dictum*.

Conforme lição de RENÉ DAVID,

“(…) É a *ratio decidendi* que vincula o julgador pela vertical e horizontal *stare decisis*. O essencial da *ratio decidendi* ou *holding* são os princípios de direito positivo aplicáveis ao caso *sub judice*. Somente pronunciamento de direito necessário à decisão de um caso particular constituem a *ratio decidendi*. (...)”

Por oposição, sendo a *ratio decidendi* ou *holding* dos princípios de direito indispensáveis para a decisão do caso concreto, o *obiter dictum* consiste de declarações prescindíveis, de fato ou de direito, expendidas pelo julgador a título explicativo, exemplificativo ou explanatório.”¹⁷⁰

Dessa forma, a *ratio decidendi* ou *holding*, núcleo essencial da decisão, apesar de poder ser encontrada com o auxílio da fundamentação, com ela não se confunde. O resumo jurisprudencial só deverá trazer para seu corpo, como razões de decidir, aquele fundamento específico, o *holding*, pois a função do resumo é trazer a tese

169 Marinoni (2010, p. 222).

170 David apud Sgarbossa e Jensen (2012).

jurídica firmada no julgado como entendimento do órgão jurisdicional (plenário ou fracionário). É bem verdade que outras informações têm sua riqueza jurídica, podendo ser interessantes para serem desenvolvidas, talvez, numa obra doutrinária, mas não para servirem de elemento integrante do resumo que visa a transmitir o entendimento do que foi efetivamente apreciado e julgado pelo órgão, de forma a representar seu entendimento jurisprudencial (*stare decisis*) sobre a questão.

Diante disso, a metodologia que ora se sugere afirma que não é toda fundamentação trazida pelo acórdão que deverá constar no resumo jurisprudencial. Como o objetivo do resumo é transmitir as teses jurídicas firmadas pelo órgão jurisdicional por meio das informações contidas no acórdão, apenas a conclusão jurídica generalizável e possível de ser associada a outros casos semelhantes deverá ser retirada do precedente.

Isso se torna mais claro naquelas espécies de resumo jurisprudencial que sintetizam a tese jurídica não de um acórdão apenas, mas de um conjunto de acórdãos que irão firmar o entendimento do tribunal sobre determinado tema. Entretanto, mesmo quando o propósito do resumo seja transmitir aquilo que foi decidido no acórdão analisado de *per si*, o analista de jurisprudência deve ter em mente que seu trabalho é sintetizar a tese jurídica, e não compilar as informações relatadas no acórdão, como se estivesse elaborando um mero sumário da história procedimental do caso. Assim, ainda que pretenda registrar o posicionamento de um magistrado específico, não deve perder a visão de que aquele julgado é um paradigma quanto à tese jurídica que ele exprime.

Por fim, caso haja na motivação do acórdão fundamentos utilizados como razões de decidir e outros tipos de considerações, caso o resumo deseje registrar as *obiter dicta*, deverá destacar que o está fazendo, e nunca trazê-las juntamente com os motivos determinantes da decisão, indistintamente.

Posicionamento do órgão julgador

A identificação do posicionamento do órgão julgador nada mais é do que o entendimento trazido no precedente sobre o problema a ele submetido para solução do caso concreto, do qual se extrai a tese jurídica firmada no órgão. É verificado pela leitura integral do acórdão, porém a parte dispositiva do voto geralmente o explicita.

Não se confunde com a resposta conferida às partes para solucionar as



questões que não são de interesse para a comunidade jurídica sob um viés jurisprudencial, mas expressa, por meio do acórdão, a tendência de julgamento do próprio órgão julgador, seja este fracionário ou plenário, uma vez que o acórdão é uma decisão colegiada, ainda que o voto seja em regra redigido pelo seu relator. Essa tendência é expressa pela expressão latina “*stare decisis et non quieta movere*”, traduzindo-se no enunciado de que “não se deve alterar aquilo que já foi decidido”.

CONCLUSÃO

.....

Buscou-se analisar como resumos jurisprudenciais podem possibilitar aos operadores do Direito a identificação das teses jurídicas contidas em acórdãos, de forma a auxiliar a compreensão do entendimento jurisprudencial firmado por certo órgão jurisdicional em seus precedentes paradigmáticos.

Observando-se que diversas bases de pesquisa de jurisprudência, nacionais e estrangeiras, mantidas por entes públicos ou por editores comerciais privados, oferecem vários tipos de relatórios contendo um resumo informativo sobre o raciocínio jurídico do acórdão depreendido de sua leitura e com o propósito específico de representar o entendimento jurisprudencial de certo órgão jurisdicional, propôs-se o conceito de resumo jurisprudencial, bem como uma classificação das diversas espécies de resumos jurisprudenciais, apresentando-se, por fim, algumas metodologias de análise para sua elaboração.

Após realizar esse estudo comparativo, o presente artigo propôs uma metodologia sugerindo que a identificação desses elementos no corpo dos acórdãos seja feita sempre de maneira conjugada com a função desempenhada pelo precedente judicial, que é a de servir como parâmetro para a solução de casos com bases fáticas semelhantes.

A proposta é operacionalizada pela tarefa de decomposição do precedente, vinculando-a ao processo analítico de escrita dos resumos jurisprudenciais. Assim, a decomposição compreenderia a identificação do problema jurídico enfrentado pelo julgador; a seleção dos fatos relevantes, auxiliada pela abordagem de GOODHART quanto aos fatos materiais (*material facts*) e pela técnica do *discrimen* do caso (*distinguishing*); a localização dos motivos determinantes da decisão, que poderá ser feita tomando por base a distinção entre as *obiter dicta* e a *ratio decidendi* do julgado; e a identificação do posicionamento do órgão julgador quanto à questão de direito suscitada.

Buscou-se, por meio de uma análise empírica e comparativa, estabelecer critérios capazes de direcionar o raciocínio jurídico do analista de jurisprudência no momento de analisar os precedentes judiciais, para fins de elaboração do resumo jurisprudencial das teses jurídicas neles contidas.

Conclui-se o presente artigo afirmando que é natural que resumos jurisprudenciais, ao fornecerem informações referentes às teses jurídicas de um determinado tribunal, devam ser lidos com as ressalvas necessárias pelo pesquisador



jurídico, pois são feitos por especialistas que interpretam e elaboram textos com base em um primeiro documento, os acórdãos, textos estes que não substituem a consulta ao próprio documento originário, emanado da atividade jurisdicional. Afinal, os resumos jurisprudenciais estão sujeitos a erros como sói a qualquer atividade analítica que envolva a interpretação de textos. Entretanto, com base em metodologias científicas de extração dos elementos das teses jurídicas, tais equívocos podem ser minimizados.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges. Precedente judicial versus jurisprudência dotada de efeito vinculante. In: Wambier, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Direito Jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa, de 5 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

_____. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jan. 1973. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5869compilada.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm#art76>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. Tribunal Superior do Trabalho, **ED-RR nº 807959-35.2001.5.15.5555**, Relator Ministro Rider de Brito, 5ª Turma, j. 21.05.2003, DJ 20.06.2003.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Portaria n. 315 de 23 de agosto de 2012. Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça, Brasília, DF, 24 ago. 2012. Anexo. Disponível em: <<<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/48786>>>. Acesso em: 24 ago. 2012.

_____. Superior Tribunal de Justiça, **AgRg no Ag nº 208906/PE**, Relator Ministro José Delgado, 1ª Turma, j. 04.03.1999, DJ 10.05.1999.

_____. Superior Tribunal de Justiça, **EDcl no REsp nº 150.467/RJ**, Relator Ministro Eduardo Ribeiro, 3ª Turma, j. 29.06.1999, DJ 23.08.1999.

_____. Superior Tribunal de Justiça, **EDcl no AgRg no Ag nº 973.577/SP**, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, j. 13.04.2010, DJe 29.04.2010.

_____. Superior Tribunal de Justiça, **REsp nº 510.830/MA**, Relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, 6ª Turma, j. 16.09.2004, DJ 04.10.2004.

_____. Superior Tribunal de Justiça, **REsp nº 679.030/RJ**, Relator Ministro Jorge Scartezzini, 4ª Turma, j. 03.05.2005, DJ 23.05.2005.

_____. Superior Tribunal de Justiça, **REsp nº 1.080.104/PA**, Relatora Ministra Denise Arruda, 1ª Turma, j. 18.09.2008, DJe 29.09.2008.

_____. Superior Tribunal de Justiça, **REsp nº 1.164.889/SP**, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (Desembargador convocado do TJ/AP), 4ª Turma, j. 04.05.2010, DJe 19.11.2010.

_____. Supremo Tribunal Federal, **HC-ED nº 86163**, Relator Ministro Gilmar Mendes, 2ª Turma, j. 14.03.2006, DJ 30.06.2006.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. A força dos precedentes no moderno processo civil brasileiro. In: Wambier, Teresa Arruda Alvim (Coord.). **Direito jurisprudencial**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Como redigir ementas**. São Paulo: Saraiva, 1994.

DIAS DE SOUZA, Marcelo Alves. **Do precedente judicial à Súmula Vinculante**. Curitiba: Juruá, 2006.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.175.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Análise documentária em jurisprudência: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

_____. **Elaboração de ementas jurisprudenciais: elementos teórico-metodológicos**. Série Monografias do Conselho da Justiça Federal. Brasília: CEJ, v. 9, 2004.

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA DO STJ chega à edição 500 com 360 mil assinantes. **Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, 5 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=106551&tmp.area_anterior=44&tmp.argumento_pesquisa=informativo%20de%20jurisprudencia>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do direito**. 2. ed. Trad. José de Souza e Brito e José Antonio Veloso. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1969. p. 495.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Divergência Jurisprudencial e súmula vinculante**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MASSAÚ, Guilherme Camargo. **A Escola dos Glosadores**. Disponível em: <<<http://www.sociologiajuridica.net.br/lista-de-publicacoes-de-artigos-e-textos/66-historia-e-teoria-do-direito-/102-a-escola-dos-glosadores-o-inicio-da-ciencia-do-direito>>>. Acesso em: 2 nov 2012.

MERSKY, Roy M; DUNN, Donald J. **Fundamentals of Legal Research**. 8. ed. New York: Foundation Press, 2002.

PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA: ferramenta imprescindível ao bom advogado. **Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, 6 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=95027>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

PIMENTEL, Kalyani Muniz Coutinho. Apresentação do setor de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. In: **I ENCONTRO DE JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS - JURISTCS**. Curitiba: Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - EGP, 2012.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Saraiva, 1976.

RODRIGUES, Bruno Souza. **A Ratio Decidendi dos precedentes judiciais segundo a doutrina do stare decisis**. Disponível em: <<<http://portalmultipla.com.br/wp-content/uploads/2012/09/A-RATIO-DECIDENDI-DOS-PRECEDENTES-JUDICIAIS-SEGUNDO-A-DOCTRINA-DO-STARE-DECISIS.pdf>>> Acesso em 01 dez. 2012.

SGARBOSSA, Luís Fernando; JENSEN, Geziela. **Súmula vinculante, princípio da separação dos poderes e metódica de aplicação do direito sumular. Repercussões recíprocas**. Disponível em: << <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26241-26243-1-PB.pdf> >>. Acesso em: 23 out. 2012.

UNIVERSITY OF OTTAWA. Evaluating the Legal Problem. In: **Principles of Legal Research**. Ottawa: Brian Dickson Law Library, 2011. Disponível em: <http://web5.uottawa.ca/www2/rl-lr/eng/research-process/1_1-eval_problem.html>. Acesso em: 5 nov. 2012.

VENOSA, Sílvio de Sálvio. **Direito civil. Teoria geral**. v.1. São Paulo, Atlas, 1984.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Espelho do Acórdão**. Disponível em: http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=1263. Acesso em: 10 jan. 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Informativo STF**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo.htm>. Acesso em: 26 dez. 2012.

_____. **Informativo STF Mensal**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoInformativoTema/anexo/Informativo_mensal_novembro_2012.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Jurisprudência**. Disponível em: <<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/jurisprudencia>>>. Acesso em: 24 nov. 2012.

_____. **Jurisprudência Sistematizada**. Disponível em: << <https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=175:6> >>. Acesso em: 13 jan. 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Saiba Mais**. Disponível em: <<<https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=175:8:0::NO::> >>. Acesso em: 24 nov. 2012.



com muita satisfação que apresentamos a segunda edição da Revista de Direito da ESA Barra. Cumprindo nossa proposta de edição trimestral da revista, ficamos muito felizes com a recepção que a mesma encontrou junto aos advogados e profissionais do Direito da Barra, do Estado do Rio de Janeiro e até mesmo, para nossa surpresa, de outros estados brasileiros. A publicação da revista, também no modelo digital, permitiu que a mesma pudesse ser acessada em todo o Brasil, fato que constatamos com os e-mails elogiosos a nós enviados.

Enfim, mais uma vez, estamos com o sentimento de missão cumprida, mas sempre com o objetivo e o desafio de que cada edição possa superar a anterior - ao menos esse é nosso desejo!

Dr. Claudio Carneiro

Diretor da ESA Barra



UNIDADE BARRA

Tel: (21) 2439-3701 - Site: www.signorelli.edu.br

Av. Afonso Arinos de Melo Franco, 221 - Grupo 201, 205 a 207
Barra da Tijuca - Barra Prime Offices - Rio de Janeiro - RJ



ESA - BARRA

Tel: (21) 3545-6606 - Site: www.oab-barra.org.br

Av. das Américas, 3959 - Grupo 217 a 222 - Barra da Tijuca
Shopping Marapendi - Rio de Janeiro - RJ